

Latifundiário de Grumari quer hotel e não parque

Administrador é dono de 50% da área que prefeitura pretende desapropriar

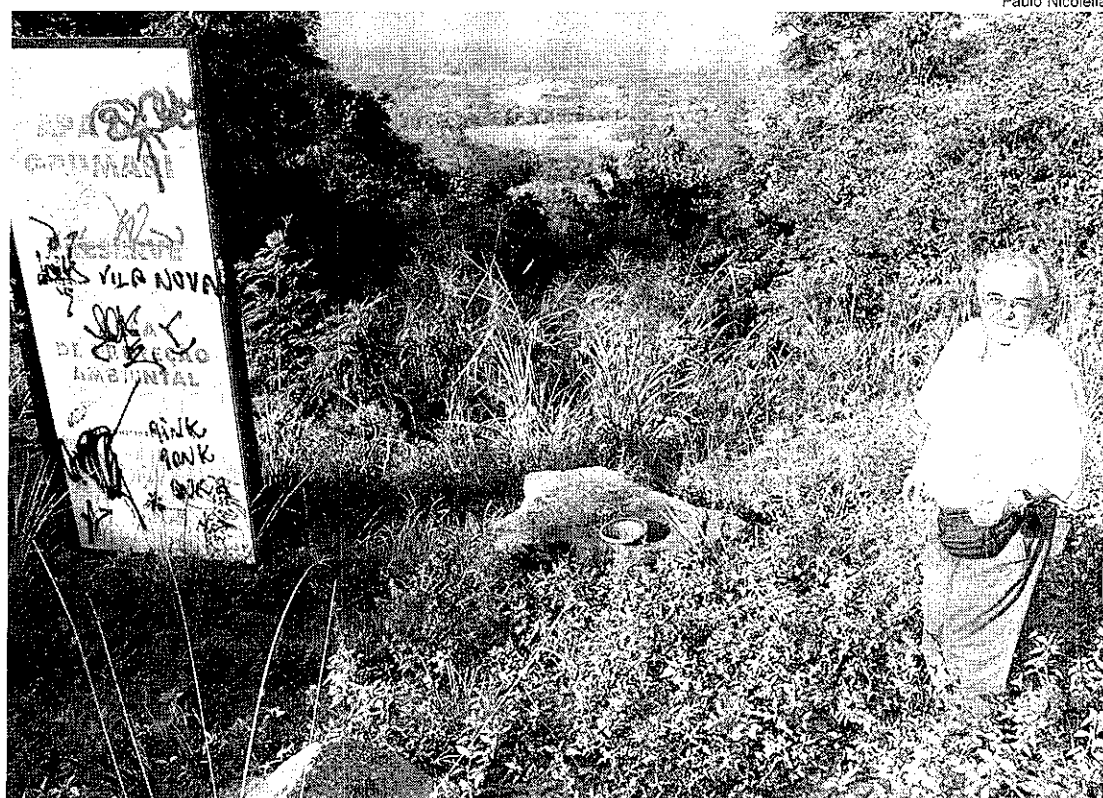
LUIZ ERNESTO MAGALHÃES

Diretor das Faculdades Integradas Simonsen, o administrador de empresas Celio Murillo Menezes da Costa, 59 anos, é dono de um autêntico latifúndio ecológico no Rio. Costa e mais três sócios controlam 2.150 milhões de metros quadrados de terras em Grumari e no vizinho Parque Estadual da Pedra Branca. A decisão do prefeito Cesar Maia de transformar Grumari em um parque municipal acabou contrariando os interesses do empresário e seus sócios.

Dos proprietários de terras em Grumari, Costa é o maior: são cerca de 1,1 milhão de metros quadrados, ou a metade das terras que a prefeitura quer desapropriar para instalar o parque. O empresário, porém, tem seu próprio projeto para Grumari. A iniciativa do prefeito o pegou em plena negociação com empresários franceses e portugueses para construir um hotel-ecológico em Grumari – uma transação que o mercado imobiliário estima poder valer até US\$ 12 milhões (cerca de R\$ 27,6 milhões). O projeto prevê a construção de 600 quartos, mas Costa jura que o impacto ambiental seria insignificante.

Matagal – “O prédio ficaria escondido em meio à vegetação, teria aquecimento solar e até as telhas seriam verdes”, diz o empresário. Ele defende a tese de que qualquer parque ecológico público tem que contar também com investimentos privados para não se transformar apenas em mais um matagal abandonado. “O poder público sozinho não tem condições de manter um parque. Se deixar, aparece um barraco rápido. Já indenizei mais de 200 famílias para que deixassem minhas terras. Por mês, gasto R\$ 4 mil para manter oito funcionários cuidando dos terrenos”, diz.

O projeto e as teorias do empresário sobre o papel da iniciativa privada na manutenção de



Celio, dono da maior parte de Grumari, aceita conversar sobre o parque, mas quer terras em troca

áreas verdes causam arrepios em ecologistas militantes, como o deputado estadual Carlos Minc (PT). “A Prainha ainda é um paraíso ecológico hoje porque, na década passada, lutamos contra um projeto semelhante. Será que hotel-ecológico não precisa, por exemplo, de ligação de esgotos?”, questiona Minc.

A oposição ao prefeito Cesar Maia prefere tratar o projeto do empresário com cautela. “A proposta do hotel-ecológico tem que ser avaliada”, diz o vereador Rodrigo Bethlem, da ala pefelista contrária ao recém-filiado prefeito. Ele prefere criticar os gastos que a prefeitura terá para indenizar os donos das terras. “Cesar Maia pretende gastar milhões em Grumari, mas cancela um decreto do ex-prefeito Conde por achar um absurdo desapropriar um pequeno terreno na Rua Faro, no Jardim Botânico, para construir uma praça no bairro”, diz Bethlem.

Discussões à parte, Costa até concorda em abrir mão das ter-

ras, que costuma visitar para praticar um de seus esportes prediletos: a equitação, montado em Much Money, um puro-sangue de seis anos, que viveu um período de glórias efêmeras no Jockey Club. Mas em contrapartida, não quer receber um centavo da prefeitura: prefere terras.

Gabaritos – Uma transação que pode até se transformar em um bom negócio. Há cinco anos, o empresário Antonio Sanchez Galdeano ganhou na Justiça o direito de construir um hotel no Morro Dois Irmãos. Galdeano desistiu do projeto, mas, com o aval da Câmara de Vereadores, conseguiu permissão para construir prédios na Barra da Tijuca acima dos gabaritos permitidos.

Os interesses de Costa em Grumari começaram nos anos 70, quando comprou o sítio de um conhecido. O lote nem é mais dele: depois de várias transações, foi dividido por dezenas de proprietários. Ele usou o dinheiro para comprar outra área da praia.

Em uma parte do terreno, ele construiu um centro de pesquisas biológicas, onde passou a criar mexilhão em costões rochosos. Costa investiu no negócio porque o então presidente Ernesto Geisel prometia auxílio com verbas oficiais para empresários que montassem fazendas marinhas. O dinheiro não veio e as instalações do centro de pesquisa, depois de um forte vendaval, anos depois, acabaram virando escombros.

Os interesses do empresário agora confrontam o dos governantes, mas nem sempre foi assim. Em 1986, quando o parque foi declarado Área de Proteção Ambiental, professores das Faculdades Simonsen prestaram assessoria técnica à prefeitura. No ano passado, o empresário cedeu parte de suas terras para que a prefeitura construísse um centro de recepção de visitantes – que, quando ficar pronto, servirá para que os churrascos dos banhistas fiquem bem longe da vegetação nativa.

Paulo Nicoletta